

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

FLAVIANA OLIVEIRA SILVA

**FATORES QUE CARACTERIZAM AGRICULTORES FAMILIARES
QUE ACESSAM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR**

**Goiânia
2015**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação ☐ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Flaviana Oliveira Silva		
E-mail:	flaviana1009@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Sigla: _____		
País:	Brasil	UF:	GO CNPJ: _____
Título:	Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar		
Palavras-chave:	agricultura familiar, política pública, alimentação escolar, PNAE		
Título em outra língua:	Characteristics that differentiate family farmers who sell to the PNAE		
Palavras-chave em outra língua:	family farm, public policy, school feeding, PNAE		
Área de concentração:	Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais		
Data defesa:	(31/08/2015)		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em Agronegócio		
Orientador (a):	Gabriel da Silva Medina		
E-mail:	gabriel.silva.medina@gmail.com		
Co-orientador(a):*	Sônia Milagres Teixeira		
E-mail:	soniamilagresteixeira@gmail.com		

N*ecessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Flaviana Oliveira Silva

Data: 21 / 09 / 2015

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa.

A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

FLAVIANA OLIVEIRA SILVA

**FATORES QUE CARACTERIZAM AGRICULTORES FAMILIARES
QUE ACESSAM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR**

Dissertação do Programa de Mestrado em Agronegócio da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais

Orientador: Professor Dr. Gabriel da Silva Medina

Co-orientador: Professora Dra. Sônia Milagres Teixeira

**Goiânia
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA



Silva, Flaviana

Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar [manuscrito] / Flaviana Silva. - 2015.

LXXI, 71 f.

Orientador: Prof. Gabriel Medina; co-orientador Sônia Teixeira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA) , Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Cidade de Goiás, 2015.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. agricultura familiar. 2. política pública. 3. alimentação escolar. 4. PNAE. I. Medina, Gabriel , orient. II. Teixeira, Sônia, co-orient. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO
PPAGRO

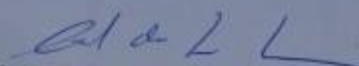
Dissertação de Mestrado

**"Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o
Programa Nacional de Alimentação Escolar"**

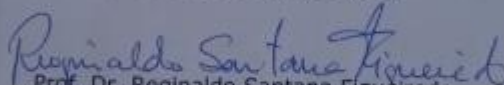
FLAVIANA OLIVEIRA SILVA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Agronegócio.

Aprovada por:


Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina
Presidente-Orientador/ PPAGRO/EA/UFG


Profª. Drª. Estelamaris Tronco Monêgo
Membro Externo/FANUT/UFG


Prof. Dr. Reginaldo Santana Figueiredo
Membro Interno/PPAGRO/EA/UFG

Goânia, 31 de agosto de 2015.

Dedico esse trabalho aos meus pais,
Dusmar Oliveira Gonçalves e Marlene
Gonçalves da Silva e à minha irmã
Anaflávia Oliveira Silva.

Agradecimentos

Agradeço a todos os professores e técnicos administrativos da UFG que trabalham com dedicação e satisfação para a educação. Que estes possam ser contagiantes.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Gabriel Medina pela confiança, amizade e conselhos que me servirão para toda a vida. Sem dúvida meu maior exemplo de professor dedicado e comprometido com o desenvolvimento profissional e pessoal dos alunos além dos limites da universidade.

Agradeço aos agricultores entrevistados que foram receptivos e confiam que a academia pode interceder a favor do desenvolvimento rural.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos, que me possibilitou total dedicação ao mestrado.

Epígrafe

“Sei o que devo ser e ainda não sou, mas rendo graças a Deus por estar trabalhando, embora lentamente, por dentro de mim próprio, para chegar, um dia, a ser o que devo ser. Somente o coração alimentado de amor e o cérebro enriquecido de sabedoria podem refletir-lhe a grandeza.”

“Tudo tem seu apogeu e seu declínio...
É natural que seja assim. Todavia, quando tudo parece convergir para o que
supomos o nada, eis que a vida ressurge triunfante e bela!
Novas folhas, novas flores, na infinita benção do recomeço!”

Chico Xavier (pelo espírito Emmanuel)

RESUMO

A partir de 2009, as entidades executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passaram a destinar parte do recurso da alimentação escolar para a compra de alimentos de agricultores familiares. No entanto, a quantidade de municípios que compra alimentos de agricultores familiares é baixa. Este estudo busca identificar as características dos agricultores familiares que vendem para o PNAE a partir de entrevista com 32 agricultores familiares. Para análise, foi realizada estatística descritiva e teste de correlação considerando associação positiva quando os valores apresentassem $p\text{-valor} < 0,10$. Os resultados mostraram que todos os agricultores que vendem para o PNAE são cooperados e participam das reuniões, 85,7% estudaram até o ensino médio, 71,4% têm menos de 60 anos de idade, 78,6% não possuem atividades fora da propriedade, 64,3% estão há mais de 10 anos na propriedade, 92,9% estão a menos de 20 Km do município, 71,4% têm mais de três unidades de trabalho familiar, 85,7% têm olericultura ou fruticultura como principal atividade produtiva, 78,6% possuem sistema de irrigação, 78,6% vendem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 92,8% tiveram acesso à assistência técnica, todos possuem carro ou moto, 64,2% possuem carro e moto, 85,7% têm receita fora da propriedade menor que R\$ 500,00 e 71,4% renda familiar maior que R\$ 3.000,00. No entanto, a maioria dos agricultores familiares brasileiros não possui essas características o que torna o acesso ao PNAE limitado. Portanto, são necessárias ações que aproximem as exigências do PNAE às condições dos agricultores familiares ou que garantam aos agricultores as condições necessárias para acessar a política.

Palavras-chave: agricultura familiar, política pública, alimentação escolar, PNAE.

ABSTRACT

Since 2009, the executing agencies of the National School Feeding Program (PNAE) have come to be required to earmark part of the school feeding resource for buying food from Brazilian family farmers. However, the amount of the cities that complies with the legislation is low. This study seeks to identify the characteristics that differentiate family farmers who sell to the PNAE and seeks to discuss the situation of Brazilian farmers about them. Were interviewed 32 family farmers to collect information on scholarship, cooperativism, ATER, irrigation, transportation, productive activities, available labor, age, time on the property, away from the property, financing and income. For the analysis, was performed correlation test considering positive association when the values presented p-value <0.10 . The results showed that 100% of the farmers who sell to the PNAE are cooperated and attend meetings, 64% are over 10 years in property, 88.9% sell to the PAA, 92.8% had access to ATER, 78.5% have irrigation system, 64.2% have car and motorcycle and 72.2% have hortifruti as main productive activity. However, most Brazilian family farmers do not have these characteristics which makes the access to PNAE limited to farmers with favorable institutional conditions for modern agriculture. So, are necessary actions that will approximate the requirements of PNAE to the conditions of family farmers or that will approximate the farmers to the public policy.

Key words: family farm, public policy, school feeding, PNAE.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1– Número de agricultores familiares por tipo familiar no Brasil.....	16
Figura 1- Modelo de implementação de política pública.	26
Tabela 2 - Quantidade de agricultores entrevistados por município.....	35
Tabela 3 - Resultados encontrados.....	37
Tabela 4 - Coeficientes de correlação entre a venda para o PNAE e as variáveis independentes.....	39

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1.	AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA.....	14
2.2.	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	19
2.3.	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	22
2.4.	ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE O PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	25
3.	METODOLOGIA	30
3.1.	ELEIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	Erro! Indicador não definido.
3.2.	AMOSTRAGEM E COLETA DOS DADOS.....	Erro! Indicador não definido.
3.3.	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO.....	36
3.4.	PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	36
4.	LIMITAÇÃO DO ESTUDO	Erro! Indicador não definido.
5.	RESULTADOS.....	37
6.	DISCUSSÕES.....	40
6.1.	VARIÁVEIS ASSOCIADAS COM A VENDA PARA O PNAE	40
6.1.1.	Organização social.....	40
6.1.2.	Experiência	41
6.1.3.	Acesso ao PAA.....	41
6.1.4.	ATER	42
6.1.5.	Sistema de irrigação	43
6.1.6.	Meio de transporte	44
6.2.	SITUAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS VARIÁVEIS ASSOCIADAS COM A VENDA PARA O PNAE	44
6.3.	RELAÇÃO ENTRE OS PARADIGMAS PARA A CRIAÇÃO DO PNAE E O ACESSO DE AGRICULTORES FAMILIARES À POLÍTICA.....	46
7.	CONCLUSÃO	48
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
9.	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	60
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	63
	ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	65

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o programa do governo federal brasileiro que dispõe sobre a alimentação escolar de alunos de rede pública de educação básica. O PNAE tem como objetivo:

“Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009, p. 1).

Na criação do PNAE, na década de 1950, estudiosos já propunham a elaboração de cardápios que resolvessem os problemas nutricionais e, ao mesmo tempo, promovessem o desenvolvimento local (FONSECA, 1953). Em 2009, com a publicação da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o agricultor familiar e o empreendedor rural familiar, caracterizados de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, foram oficialmente inseridos como fornecedores de, no mínimo, 30% do recurso repassado pelo FNDE para a aquisição de alimentos para a alimentação escolar (BRASIL, 2009).

A inserção de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar garante a comercialização e sustentabilidade dos agricultores, ao mesmo tempo em que está relacionada com a regionalização e inserção de produtos menos industrializados e mais saudáveis no cardápio escolar (BEZERRA et al., 2009). Por isso, a lei foi um marco nas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de apoio aos agricultores, pois antes dela poucas iniciativas de compra de agricultores locais tinham sido observadas (TRICHES; SCHNEIDER, 2010a).

No entanto, apesar da obrigatoriedade, a lei nem sempre é cumprida e a quantidade adquirida varia de acordo com a região. Apenas 47,4% dos municípios brasileiros adquiriram alimentos da agricultura familiar para o PNAE em 2010. Nesses municípios, utilizou-se, em média 22,7% do recurso repassado pelo FNDE para a compra de alimentos de agricultores familiares. A Região Sul apresentou a

maior porcentagem de municípios que compraram da agricultura familiar (71,3%), enquanto a Região Centro-Oeste apresentou o menor (35,3%) (SARAIVA et al., 2013). Estudo realizado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane/UFG) em municípios de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul encontrou que 16,6% dos municípios estudados utilizaram 30% dos recursos repassados pelo FNDE para comprar alimentos de agricultores familiares e, apenas 14,7%, compraram mais do que 30% indicado (CECANE/UFG, 2012).

A quantidade de municípios que não compraram alimentos de agricultores familiares na região Centro Oeste é alta. Segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2010, em Goiás, 68,7% dos municípios não compraram alimentos de agricultores familiares, no Mato Grosso esse número é de 56% e, no Mato Grosso do Sul, é 64,5% (CECANE/UFG, 2012). Outro estudo realizado nesse mesmo ano mostra que de 139 municípios goianos, apenas 39 (30,23%) conseguiram comprar, mesmo que em pequenas quantidades, alimentos da agricultura familiar (MEDINA, et al., 2015). Em análise de 2299 pareceres¹ de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), em todo o Brasil, foi encontrado que apenas 4,9% dos pareceres continham relato de compra da agricultura familiar (BANDEIRA et al., 2013).

Essa baixa execução e consolidação ocorrem porque são encontradas muitas dificuldades no processo de comercialização e na relação entre gestor da alimentação escolar e agricultores familiares. A venda de produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar necessita de condições específicas que respeitem o contexto e os entraves das condições rurais locais (ALMEIDA; FERRANTE; BERGAMASCO, 2007).

As pesquisas sobre o PNAE e a agricultura familiar realizadas por Motter e Teo (2012), Almeida et al., (2006), Triches e Schneider (2010), Bezerra et al., (2013), Campos (2011), Teo e Monteiro (2012), Bombardi e Castro (2014), Corrêa, Da Silva e Agne (2013), Saraiva et al., (2013), Silva et al., (2013), Alexandre, Pereira e Medina (2014), Souza e Rodrigues (2013), Souza-Esquerdo e Bergamasco

¹ Parecer – Documento conclusivo sobre a prestação de contas feita pela respectiva entidade executora do PNAE, seja a prefeitura, governo estadual ou entidade conveniada (FNDE, 2014).

(2014), Flores, Almeida e Ferrante (2014), descrevem os procedimentos para a compra, apontam as principais dificuldades de acesso e descrevem os atores sociais e seus papéis para que seja possível a execução da compra da agricultura familiar. As principais dificuldades encontradas são: relacionamento entre produtores, baixo nível de educação e de associativismo, pouco conhecimento técnico dos produtores, limitado acesso a crédito, pouco investimento em infraestrutura, baixo nível de informação e pouca participação em programas governamentais de comercialização de alimentos (ALMEIDA et al., 2006).

A relevância desses trabalhos é justificada por Almeida et al. (2006) que afirmam a eficácia de um programa de segurança alimentar pode ser investigada a partir da percepção dos entraves institucionais e organizacionais existentes, como por exemplo os encargos burocráticos e as exigências de uma política ou normas que dificultam a adaptação de atores locais. As pesquisas em escala municipal são importantes, pois analisam as diferenças territoriais e sociais do país (CASTRO, 2009 apud QUEIROZ NETO; BERGAMASCO, 2013).

A literatura citada propõe ajustes de primeira ordem conforme definido por Hall (1993), por exemplo, buscando soluções e propondo mudanças das condições da execução da política pública. Por outro lado, as mudanças de segunda e terceira ordem, ou seja, ajustes de instrumentos (políticas) e mudança de paradigmas para modificação de ideais, metas e objetivos (HALL, 1993) foram pouco estudadas. De uma forma geral, no debate brasileiro sobre políticas públicas há abundância de estudos setoriais, em especial de estudos de caso, sem acúmulo de conhecimento vertical (SOUZA, 2003; MELO, 1999, apud GRISA, 2011). Por isso, Grisa e Schneider (2014) propõem a perspectiva de referenciais para análise de políticas públicas. Ou seja, realizar as análises por meio da compreensão de que as políticas públicas são elaboradas a partir de uma representação da realidade que é utilizada na construção de estratégias e instrumentos para identificar soluções e estratégias que irão mudar essa realidade (MULLER, 2003 apud MASSARDIER, 2011).

Essa pesquisa busca caracterizar agricultores familiares que vendem para o PNAE. Esse tipo de análise é importante para a compreensão dos motivos globais para o baixo acesso de agricultores familiares à política.

A hipótese deste trabalho é que o PNAE é acessível para a parte dos agricultores que possuem algumas características, porém muito distante das condições da grande maioria dos agricultores familiares brasileiros. Como implicação, seria necessário identificar formas para tornar essa política pública mais próxima das condições dos agricultores ou para apoiar os agricultores a se estruturarem e assim facilitar o acesso à política pública.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Oficialmente, agricultor familiar e empreendedor familiar rural são aqueles que possuem as características previstas no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006b):

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No Brasil, há cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar o que corresponde a 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros (IBGE, 2006). Em média, uma propriedade familiar brasileira possui 18,37 ha de área, sendo que no Nordeste a média é 12,95 ha, no Norte 40,25 ha, no Centro Oeste 43,09 ha, no Sudeste 18,25 ha e no sul 15,36 (MEDINA et al., 2015). Apesar da importância, Alves e Rocha (2010) aponta que apenas 8,19% dos agricultores familiares brasileiros desempenham papel significativo na produção agrícola (são responsáveis por 84,89% da produção agrícola).

Há diferentes graus de facilidade de acesso a mercado, disponibilidade de recursos e geração e acumulação de renda da agricultura familiar dependendo da região (COSTA et al., 2014). Apenas alguns municípios e regiões brasileiras possuem condições favoráveis para a agricultura moderna (principalmente na

Região Sul), enquanto a maioria encontra-se em condições institucionais desfavoráveis para o desenvolvimento (MEDINA et al., 2015).

Estudando essas condições favoráveis para o desenvolvimento na agricultura familiar brasileira por município, Medina et al. (2015) encontraram que há baixo acesso à terra e qualificação da mão de obra; o tamanho da propriedade tem correlação positiva significativa com a renda; a média de pessoas que trabalham por propriedade é de 2,53; apenas 1,76% dos trabalhadores trabalham com empregos não agrícolas; não há correlação entre renda e trabalhos não agrícolas; mais de 1/4 dos diretores de propriedades são analfabetos; há correlação positiva entre a escolaridade e a renda; 62,31% das famílias tem renda menor que um salário mínimo, sendo que a situação dos agricultores da região Sul é melhor em relação aos outros estados.

Medina et al. (2015) encontraram ainda, que há correlação positiva entre o uso de tecnologias, organização social e participação no mercado com a renda das famílias. Por outro lado, a possibilidade de uso de tecnologias também depende da região do Brasil. Da mesma forma, a irrigação é praticamente ausente no Brasil, exceto na região Sudeste. De maneira geral, os agricultores preferem associações em relação a cooperativas, cerca de 40% dos agricultores são associados, porém apenas 5% participam ativamente. A região Sul tem maiores valores para esses dois indicadores. Cerca de 25% dos agricultores possuem integração alta com o mercado e mais da metade das famílias optam por uma certa especialização da produção.

Apenas 12,77% dos agricultores familiares acessaram a Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a maioria desses agricultores está no sul do país. O acesso a ATER também é baixo, apenas 6,22% das propriedades possuem assistência ocasional e 3% regular.

O termo agricultura familiar é contextualizado por múltiplas variáveis (regime fundiário, cultura, ambiente, política, economia), portanto é limitado (QUEIROZ NETO; BERGAMASCO, 2013). Por isso, Bergamasco (1997) reconhece a importância dos dados apresentados no censo agropecuário de 1996, mas alerta que eles não expressam a realidade.

A agricultura familiar brasileira é caracterizada pela heterogeneidade e complexidade que necessitam ser objetos de diagnóstico (COSTA, 2013). Compreende desde famílias extremamente pobres com recursos precários como comunidades quilombolas, até famílias com muitos recursos disponíveis (por exemplo terra, capacitação e organização) como agricultores descendentes de europeus no sul do país (SOUZA FILHO et al., 2004) (MEDINA et al., 2015).

Buscando categorizar os estabelecimentos familiares, Guanzioli e Di Sabbato (2015), dividiram os agricultores familiares em quatro tipos familiares de acordo com a renda total anual, conforme a tabela 1:

Tabela 1– Número de agricultores familiares por tipo familiar no Brasil.

Tipos familiares	1996	2006
A	406.291	452.750
B	993.751	964.140
C	823.547	574.961
D	1.915.780	2.560.274
TOTAL	4.139.369	4.551.855

Fonte: Guanzioli e Di Sabbato (2015).

Segundo esses autores, os 400 mil agricultores familiares localizados na faixa A, geram renda suficiente para investir em tecnologia e comprar insumos, possuem área média razoável e contribuem com 25% do PIB agrícola brasileiro. Na contramão de Alves e Rocha (2010) que afirmam que apenas 10% dos agricultores desempenham função significativa na agricultura brasileira, Guanzioli, Di Sabbato (2015), destacam a importância econômica dos grupos B, C e D, responsáveis, juntos, por cerca de 25% do PIB agrícola brasileiro.

Na mesma perspectiva, Costa (2013), dividiu os estabelecimentos da Amazônia em três grupos: T1 (estabelecimentos que intensificaram o uso da terra), T2 (Renda líquida per Capita abaixo da média, porém de economia dinâmica) e T3 (uso extensivo, com predominância para pecuária de corte). Costa (2013), destaca a importância da categoria T2, inicialmente considerada como marginal pela baixa

média de renda líquida, mas que, por outro lado, é insubstituível, pois tem funções produtivas consistentes, função de gestão de um território de ecologia frágil, função de acervo cultural e capacidade expansiva endógena. Ainda assim, essa categoria é incompatível com a tecnologia disponível pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e carente de ações que potencializem suas capacidades. Costa (2013), ressalta que não se sabe a quantidade de estabelecimento com essas características no Brasil e que, portanto, é possível que as políticas rurais continuem potencializando os problemas e minimizando suas capacidades.

Já é discutida a perspectiva de que grupos sociais marginalizados devem ser inseridos competitivamente no ambiente de abertura econômica e política (SOUZA FILHO et al., 2004) e que a formulação de políticas públicas deve levar em consideração a diversidade regional do Brasil (COSTA; RIMKUS; REYDON, 2008) e combinar instrumentos flexíveis e adaptáveis de acordo com essas diferentes configurações (SOUZA FILHO et al., 2004).

No entanto, as políticas públicas para a agricultura familiar limitam os beneficiários a partir de algumas condições (GRAZIANO DA SILVA et al., 1983) e os investimentos são baseados em modelos empresariais modernos e competitivos (BANCO MUNDIAL, 2007; VALDÉS e FOSTER, 2010; DE SCHUTTER, 2011 apud MEDINA et al., 2015). Para os demais agricultores que não se encaixam no paradigma moderno, não há alternativa evidente (MEDINA et al., 2015). Segundo Queiroz Neto e Bergamasco (2013), a agenda do debate e o planejamento de políticas públicas tendem a subestimar a complexidade e a diversidade e criam leis e normas que não se aplicam à realidade. De acordo com a escola francesa, a elaboração de uma política é equivalente à construção de uma realidade que se deseja intervir (MULLER, 2003 apud MASSARDIER, 2011). Portanto, as falhas das políticas públicas estão relacionadas à construção equivocada das realidades (MASSARDIER, 2011).

A falha em identificar o contexto em que os agricultores vivem podem gerar dois problemas principais: criar expectativa falsas sobre a capacidade e potencialidade dos agricultores e gerar políticas muito genéricas (MEDINA et al., 2015). Seguir o padrão de apenas uma região pode dificultar o desenvolvimento de outras regiões que não possuem as condições limitadas pela política pública

(ALVES e ROCHA, 2010). Para Queiroz Neto e Bergamasco (2013), ações descontextualizadas de atores sociais não produzem energia suficiente para impulsionar o desenvolvimento e podem se tornar uma armadilha no momento em que se pretende estabelecer elementos de unicidade de um grupo social, afirmando que todos têm o mesmo objetivo. É característico de políticas públicas descentralizadas o desafio de tornar compatíveis as diretrizes gerais do programa com as perspectivas de atores locais (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008).

Nesse contexto de realidade heterogênea do país, Medina et al. (2015) sugerem que as políticas devem ser baseadas em avaliações assertivas da realidade para conseguirem intervir positivamente no desenvolvimento da agricultura familiar, eliminando obstáculos e promovendo as potencialidades regionais. É preciso que haja investimentos e que as políticas funcionem como alternativas para que esses agricultores que não possuem esse paradigma de modernização possam se desenvolver (MEDINA et al., 2015).

Da mesma forma, Guanziroli e Di Sabatto (2015) sugerem que se trate com políticas diferenciadas os grupos diferenciados e que as políticas públicas existentes se adequem a cada segmento. Para Bonnal, Cazella e Maluf (2008), é preciso que os programas adotem como referência os territórios e as famílias rurais, ao invés de considerar a “agricultura familiar” apenas como fornecedora de seus produtos, sem considera-los de forma sistêmica (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008). Para isso, esses autores sugerem três focos para integração ou articulação de programas públicos: ter foco no território para compreender a complexidade local com participação de atores locais; a família rural como um sistema de atividades e gestora do território; implementação de políticas públicas que valorizem as múltiplas funções das famílias rurais, inclusive em relação ao controle social. O reconhecimento e valorização da multifuncionalidade é, nesse caso, uma alternativa para incluir categorias de agricultores familiares considerados inaptos, sob a perspectiva de modernização da agricultura.

2.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O PNAE é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil e está presente em quase todos os municípios brasileiros (BELIK; CHAIM, 2009). Esse programa foi criado em 1954 com o nome de Programa Nacional de Merenda escolar com o principal objetivo de reduzir a deficiência nutricional dos estudantes (STURION, 2002 apud BELIK; CHAIM, 2009). De acordo com a Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 26/2013, o objetivo e as diretrizes do PNAE são:

“Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009, p. 1; BRASIL, 2013, p.1).

“As diretrizes do PNAE estão relacionadas ao acesso à alimentação adequada e saudável, manutenção de hábitos locais e desenvolvimento sustentável. São diretrizes do PNAE: o emprego de alimentação saudável com respeito aos hábitos alimentares locais, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, a universalidade de atendimento dos alunos da rede pública de educação básica, o controle social, o apoio ao desenvolvimento sustentável com aquisição de alimentos diversificados e produzidos em âmbito local, o acesso igualitário ao direito de alimentação escolar, buscando a segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009, p.1; BRASIL, 2013, p.1).”

O PNAE é um programa estratégico, pois traz benefícios para o estudante e para a sociedade já que engloba as necessidades nutricionais, a educação alimentar e nutricional, o respeito aos seus hábitos alimentares, o envolvimento de pais e professores, a aquisição de alimentos locais e, conseqüentemente, o desenvolvimento local (COSTA, 2010).

Destacando a diretriz de apoio ao desenvolvimento sustentável local, o artigo 14 da Lei nº 11.947/09, transforma a compra de alimentos de agricultores locais – incentivado desde a década de 1950, conforme aponta Fonseca (1953) – em obrigatoriedade:

“Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009, p. 2).

A compra da agricultura familiar surge em um contexto de agenda para o desenvolvimento rural presente nas orientações e diretrizes para a segurança alimentar e nutricional – do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) – na demanda dos movimentos sociais e sindicais, nas orientações do Documento FAO/INCRA e nas orientações e diretrizes do Documento da Agenda 21.

DIRETRIZES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo o artigo 3º da Lei nº 11.346 de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN):

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006b, p.1)”

Esse conceito abrange a ampliação das condições de acesso a produtos da agricultura familiar e a implementação de políticas públicas e estratégias para a produção, comercialização e consumo de alimentos (BRASIL, 2006b). Da mesma forma, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) tem como diretrizes, entre outras, a estruturação de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos com bases agroecológicas, a promoção de acesso universal à água de qualidade e quantidade suficiente para a produção de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2010).

O PNAE é de grande importância para assegurar a segurança alimentar e nutricional (TAKAGI, 2006 apud BELIK e CHAIM, 2009), pois têm demonstrado

potencialidades para a segurança alimentar de pequenos agricultores, ao mesmo tempo que possibilita a disponibilização de alimentos mais adequados à crianças e adolescentes (TRICHES; SCHNEIDER, 2012). O PNAE é um marco para as políticas de segurança alimentar e nutricional, pois estimula a alimentação saudável (MONEGO et al., 2013), conforme definido na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). É, portanto, um mecanismo importante de concretização dessas políticas de segurança alimentar e nutricional (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

DEMANDA DE MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS E DA ACADEMIA

Da mesma forma que ocorreu com outras políticas específicas para a agricultura familiar, as demandas de movimentos sociais e sindicais influenciaram a utilização do PNAE como estratégia de inclusão produtiva. A partir da década de 90, houve maior atenção para a importância da agricultura familiar no desenvolvimento (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Essa nova forma de agir é fruto das reivindicações sindicais, a pressão dos movimentos sociais e estudiosos do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014). E, com a abertura democrática, os movimentos passaram a participar da elaboração das políticas e uma nova relação entre sociedade e governo foi instaurada. Posteriormente, além da possibilidade de discussão sobre a construção das políticas, a composição do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a contar com a participação de pessoas ligadas aos movimentos sociais e sindicais (GUANZIROLI; DI SABATTO, 2015).

AGENDA 21 BRASILEIRA

A 2ª edição de Ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira, reafirmou o compromisso feito na Rio 92 e referendado Conferência de Joanesburgo em 2002 (BRASIL, 2004). O documento destaca a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas compatíveis com as demandas de cada segmento, com prioridade para empreendedorismo, tratamento particularizado para a agricultura familiar e para os micro, pequenos e médios produtores urbanos e rurais. Dentre outras ações e recomendações o documento orienta que:

“As políticas de desenvolvimento rural da União e dos estados deverão integrar pelo menos as seguintes dez dimensões das ações governamentais: I) educação, capacitação e profissionalização; II) assistência técnica e extensão integradas às redes de pesquisa; III) manejo dos recursos naturais das microbacias hidrográficas; IV) saúde; V) habitação; VI) infra-estrutura e serviços; VII) crédito; VIII) seguro; IX) cooperativismo e associativismo; X) comercialização” (BRASIL, 2004, p. 57).

DOCUMENTO FAO/INCRA

Por último, a criação de políticas públicas para a agricultura familiar é pautada no princípio dos autores que defendem a agricultura familiar moderna. Complementando esse enfoque, a pesquisa realizada pela FAO/INCRA, em 1994, classificou a agricultura familiar em “familiar consolidada” (área média de 50 ha), em “transição” (área média de 8 ha) e “periférica (área média de 2 ha). Na ocasião, pesquisa orientou que o foco das políticas governamentais deveria ser voltado para agricultores em transição (WANDERLEY, 2015) (GUANZIROLI; DI SABATTO, 2015), sob as justificativas de que esses são os únicos economicamente viáveis, de que agricultores consolidados não precisariam de intervenção governamental e de que os agricultores periféricos, mais pobres, não teriam aptidão agrícola (GUANZIROLI; DI SABATTO, 2015). Para os últimos, a solução seria a geração de empregos não agrícolas, a prestação de serviços temporários, políticas assistencialistas e a política de reforma agrária (WANDERLEY, 2015).

Após a pesquisa, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995/1996, que nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais, até então, excluídos das políticas (SCHNEIDER, 2006).

2.3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os elementos fundamentais da política pública são a motivação para a criação, o contexto das instituições estabelecidas e o perfil e objetivo dos atores políticos (LAMOUNIER, 1994 *apud* Zimmermann, 2007). Para Draibe (2003, p. 69) as políticas públicas têm o desafio de superar distorções como: “a distribuição muito

desigual dos benefícios sociais, concentrados e apropriados por alguns segmentos, corporações, regiões, além de grupos etários, raças e o sexo masculino”. No entanto, a implementação de uma política pública falha porque os formuladores não compreendem de forma correta as condições reais (MEDINA, 1987 *apud* VIANA, 1996). Com isso, a tendência é de não modificação das condições.

O resultado de uma política pública pode variar de acordo com dinâmicas socioeconômicas locais, características sociodemográficas dos beneficiários, organizações das instituições públicas, formações dos servidores e competências dos gestores (PAULILLO; ALMEIDA, 2011). Por isso, as características dos produtores e de suas famílias podem determinar o desempenho da propriedade (SOUZA FILHO et al., 2004). Portanto, para alcançar o princípio de equidade, as políticas públicas de proteção e promoção social com ações de inclusão produtiva devem delimitar e caracterizar os possíveis beneficiários para definição das estratégias e divisão dos recursos (CASTRO et al., 2010).

De maneira geral, o conceito de avaliação de política pública é consensual. Segundo Barry e Rae (1975) *apud* Figueiredo e Figueiredo (1986), avaliar política pública é atribuir valor às políticas, ao contexto institucional que ela se encontra, aos seus resultados e aos atos que pretendem modificar a política pública. De maneira mais sucinta, Lima Júnior et al. (1978) *apud* Figueiredo e Figueiredo (1986), definem que avaliar política tem como objetivo apreender o alcance das metas, apontar os processos e as consequências da política pública (desejável ou não) indicando novos caminhos mais eficazes.

Os autores dividem o estudo de políticas públicas de formas variadas (quadro 1). No entanto, a divisão segue a lógica de avaliar a política pública antes da execução (*ex ante*), durante e após a implementação (*ex post*) e de acordo com os instrumentos utilizados e os resultados alcançados.

Quadro 1 – Formas de dividir o estudo de políticas públicas.

Autores	Formas de dividir o estudo de políticas públicas			
Figueiredo e Figueiredo (1986) apud Arretche (1999)	Avaliação de política pública/ Análise de política pública/ Avaliação política			Eficácia/ Eficiência/ Efeteividade
Quirino (1986)	Avaliação de resultados/ Avaliação de processos			
Posac e Carey (1992) apud Cotta (1998)	Avaliação de necessidades do público/ Avaliação de processo/ Avaliação de resultados - Avaliação de eficiência (resultado/custo)			
Cohen Franco (1992)	Ex ante/ Ex post			Externa/ Interna/ Mista/ Participativa
Aguilar e Ander - Egg (1994)	Avaliação do plano e conceitualização da intervenção/ Avaliação do processo, acompanhamento da execução/ Avaliação da eficácia e eficiência da intervenção			
Weiss (1998)	Ex ante/ Ex post	Interna/ Externa	Formação da política pública/ Processos/ Resultados/ Impactos	Conforme o tipo de problema ao qual a avaliação responde
Draibe (2001)	Ex ante/ Ex post			
Carvalho (2003)	Avaliação de processos/ Avaliação de impacto/ Instrumental de análise			

Fonte: Elaboração própria (2015)

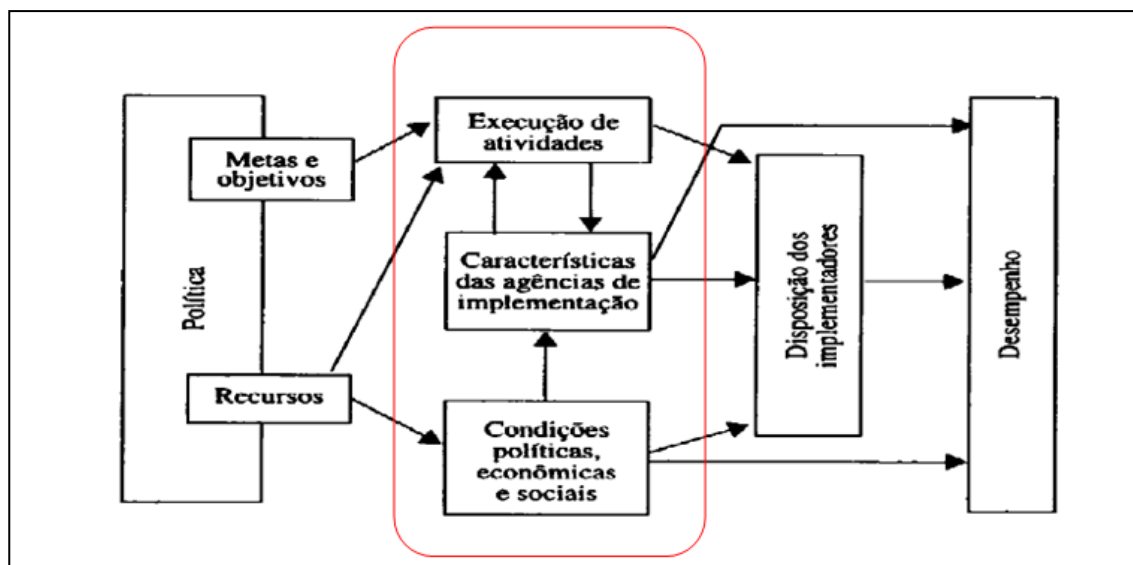
De forma recorrente, a literatura sobre avaliação de políticas públicas distingue a avaliação entre efetividade, eficácia e eficiência. Essa distinção é utilizada, basicamente, para diferenciar técnicas, abordagens e métodos de avaliação (ARRETCHE, 1999).

Efetividade é o exame do sucesso da política em relação às efetivas mudanças ocorridas, necessariamente causadas pela política, após sua implementação. A eficácia tem como objetivo analisar a relação entre os objetivos, no momento da criação da política pública, e seus resultados. Esse tipo de avaliação consiste também em avaliar a relação entre os instrumentos propostos para a implementação e os instrumentos efetivamente utilizados. A avaliação da eficiência de uma política pública, está relacionada à comparação entre o esforço despendido para a implementação de uma política e os resultados alcançados. Ou seja, observa-se se os recursos estão sendo empregados de forma eficiente e se estão coerentes com o custo para a implementação da política. (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986 apud ARRETCHE, 1999). Nesta pesquisa, é realizada a avaliação da eficácia do PNAE, discutindo se o PNAE é, de fato, uma política pública acessível a todos os agricultores familiares.

2.4. O PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar da divisão didática para avaliar as políticas públicas, as fases de uma política pública são cíclicas e interdependentes. Portanto, no modelo de processo decisório apresentado por Van Meyer e Van Horm (1975) apud Viana (1996) (figura 1), o desempenho da política pública depende da **execução das atividades**; das **características das agências de implementação** (hierarquia e sistemas de controle, competência dos agentes envolvidos, autonomia dos agentes e redes de comunicação) e das **condições políticas, econômicas e sociais** (recursos disponíveis, condições econômicas e sociais locais, opinião pública, posição das elites, partidos de oposição, posição dos grupos privados), conforme destacado na figura 1.

Figura 1- Modelo de implementação de política pública.



Fonte: Adaptado de Van Meyer e Van Horm (1975) apud Viana (1996)

Sobre as pesquisas que relacionam alimentação escolar e agricultura familiar, observa-se que há uma concentração das pesquisas nesses três aspectos destacados, conforme dividido no quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição das pesquisas sobre a relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar.

Dificuldades e condições institucionais ideais para a implementação	Perfil socioeconômico dos agricultores	Saúde do escolar e manutenção de hábitos locais	Desenvolvimento local	Dados do cumprimento do art. 14 da Lei nº 11.947/2009
- Motter e Teo (2012) - Almeida et al. (2006) - Triches e Schneider (2010a) - Bezerra et al. (2013) - Campos (2011) - Teo e Monteiro (2012) - Bombardi e Castro (2014) - Corrêa, Da Silva e Agne (2013) - Saraiva et al. (2013) - Silva et al. (2013) - Alexandre, Pereira e Medina (2014) - Souza e Rodrigues (2013)	- Camargo et al. (2013) - Campos (2011)	- Belik e Chaim (2009) - Motter e Teo (2012) - Turpin (2009) - Triches e Schneider (2010) - Sidaner, Balaban e Burlandy (2013) - Carvalho e Castro (2009) - Chaves et al. (2009) - Monego et al. (2013) - Paiva, Freitas e Santos (2012) - Villa Real (2011) - Souza e Rodrigues (2013) - Saraiva et al. (2013)	- Motter e Teo (2012) - ALMEIDA et al. (2006) - Turpin (2009) - Triches e Schneider (2010) - Campos (2011) - Sidaner, Balaban e Burlandy (2013) - Camargo et al. (2013) - Campos (2011) - Carvalho e Castro (2009) - Monego et al. (2013) - Villa Real (2011) - Souza e Rodrigues (2013) - Saraiva et al. (2013)	- Belik e Chaim (2009) - Bezerra et al. (2013) - Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) - Triches e Schneider (2010) - Corrêa, Da Silva e Agne (2013) - Saraiva et al. (2013) - Silva et al. (2013) - Bombardi e Castro (2014)

Dificuldades e condições institucionais ideais para a implementação	Perfil socioeconômico dos agricultores	Saúde do escolar e manutenção de hábitos locais	Desenvolvimento local	Dados do cumprimento do art. 14 da Lei nº 11.947/2009
- Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) - Flores, Almeida e Ferrante (2014) - Triches e Schneider (2012) - CECANE/UFG (2012) - Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Goiás (CECANE/UFG, 2014; CECANE/UFG, 2012)		- Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) - Teo e Monteiro (2012)	- Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) - Bombardi e Castro (2014) - Teo e Monteiro (2012) - Comitê de Apoio à Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Goiás (CECANE/UFG, 2014; CECANE/UFG, 2012)	

De acordo com essas pesquisas que estudam o PNAE como política pública para agricultores familiares, as características dos agricultores que podem limitar ou potencializar o acesso à política pública são principalmente:

- ✓ Sensibilização e participação dos gestores municipais nas reuniões sobre a compra de alimentos da agricultura familiar.
- ✓ Acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para auxiliar na organização da documentação e no processo produtivo
- ✓ Acesso a crédito
- ✓ Inspeção sanitária e agroindústria
- ✓ Acesso ao PAA
- ✓ Mapeamento agrícola e elaboração de cardápio com produtos locais
- ✓ Baixo valor pago pelos gestores
- ✓ Logística

De acordo com estudo realizado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Santa Catarina (CECANE/UFSC, 2012) com gestores da educação dos municípios brasileiros, os principais problemas para a compra de alimentos dos agricultores são a baixa quantidade e variedade de alimentos e a falta de documentação. Ainda segundo esse estudo, a região que apresentou mais municípios com problemas com a falta de documentação dos agricultores como fator limitante para a compra de alimentos foi a Centro Oeste (61,5% dos municípios da região). Por outro lado, a região Sul apresentou o menor percentual para esse critério (23,5% dos municípios).

Em resumo, de acordo com a experiência obtida em projetos do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE/UFG), os entraves identificados para a compra de alimentos da agricultura familiar são relacionados à produção (ausência de ATER e adequação sanitária dos alimentos) e à comercialização (ausência de mapeamento produtivo e custos de transporte dos alimentos) (MONEGO, 2014).

Para superar esses entraves em Goiás, são necessárias ações estruturantes que vão além dos procedimentos para a compra de alimentos de agricultores familiares. Por exemplo, a aproximação entre os órgãos municipais e estadual de inspeção sanitária, cursos locais de capacitação em manipulação de alimentos, implementação de Serviço de Inspeção Municipal (SIM), ações de incentivo ao associativismo e cooperativismo, formação de profissionais da nutrição para trabalhar com o PNAE, ações de sensibilização com gestores municipais sobre a importância do PNAE para o desenvolvimento local (CECANE/UFG, 2013).

Sem esgotar as inúmeras possibilidades de análise do ambiente institucional local da execução do PNAE, as pesquisas que tratam sobre esse assunto conseguem responder com propriedade quais os papéis dos diferentes atores sociais na execução do PNAE, os principais desafios e as características institucionais – governamentais e não governamentais – ideais para implementação da política pública.

No entanto, ainda é pouco explorada a questão das **condições sociais, econômicas e políticas** da execução do PNAE sob o ponto de vista do perfil de agricultores familiares com o objetivo de analisar as características que diferenciam agricultores familiares que vendem e que não vendem para a alimentação escolar. Por isso, é relevante a realização de pesquisas que questionem quais as características do cenário social e produtivo dos agricultores que podem influenciar na efetivação da compra de alimentos em circuitos curtos (MONEGO, 2014).

3. METODOLOGIA

Considerando os conceitos de Stebbins (2001), esta pesquisa é classificada como exploratória, pois busca maior compreensão sobre um problema pré-determinado: os motivos para o baixo acesso de agricultores

familiares ao PNAE. Utilizou-se o enfoque qualitativo que, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 6):

“Em geral é utilizado sobretudo para descobrir e refinar as questões de pesquisa. Com frequência, esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados sem medição numérica, como as descrições e observações”.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando os principais estudos que relacionam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a utilização de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para os escolares. Essa pesquisa bibliográfica teve como objetivos compreender os problemas da comercialização de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar e verificar de que ponto as próximas pesquisas devem partir.

3.1. AMOSTRAGEM

As variáveis utilizadas foram baseadas nas características dos agricultores que são consideradas importantes para o acesso ao PNAE. Além disso, foram selecionadas outras variáveis de características estruturantes que podem explicar a maior competitividade de alguns agricultores em relação a outros. O quadro 3 apresenta as variáveis utilizadas, as justificativas de terem sido selecionadas e suas descrições.

Quadro 3 - Descrição das variáveis selecionadas.

VARIÁVEL	NATUREZA	JUSTIFICATIVA	DESCRIÇÃO
Escolaridade	Nominal	Maior facilidade com a documentação e gestão	Possui no mínimo ensino médio:
Idade	Ordinal	Experiência e força de trabalho	0 = < 40 anos 1 = de 40 a 50 anos 2 = de 51 a 60 anos 3 = > 60 anos
Trabalha_fora	Nominal	Mão de obra disponível	Pelo menos um membro da família trabalha fora da propriedade: sim ou não
Cooperado	Nominal	Organização	Participa das reuniões da cooperativa: sim ou não
Participa	Nominal	Maior acesso a informação, auxílio no planejamento produtivo e facilidade de requisição de assistência técnica. Maior envolvimento do agricultor nos assuntos da cooperativa.	Frequentemente participa de reuniões da cooperativa segundo a secretária da cooperativa da Cidade de Goiás e o presidente da cooperativa de Itaberaí: sim ou não
Tempo	Nominal	Experiência	No mínimo 10 anos na propriedade: sim ou não
Distância	Nominal	Facilidade na entrega	Distância da propriedade até a cidade de Goiás, Heitorai ou Itaberaí ≥ 20 km: sim ou não

VARIÁVEL	NATUREZA	JUSTIFICATIVA	DESCRIÇÃO
UTF	Ordinal	Mão de obra disponível	Unidade de trabalho familiar: somatório da quantidade de homens e mulheres acima de 14 anos que trabalham na propriedade e funcionários temporários ou permanentes. 0 = < 1 unidade 1 = 2 ou 3 unidades 2 = ≥ 4 unidades
Tipo_atividade	Nominal	Maior aceitabilidade pelos gestores da alimentação escolar	Olericultura ou fruticultura como principal atividade produtiva da propriedade: sim ou não.
Atividades	Nominal	Pluriatividade ou especialização	≥ 3 atividades produtivas (lavoura temporária, horticultura e floricultura, lavoura permanente, pecuária e criação de animais, produção florestal, pesca e aquicultura e processamento): sim ou não.
Irrigação	Nominal	Regularidade de produtos	Possui algum sistema de irrigação automatizado (aspersão, microaspersão ou gotejamento): sim ou não.
ATER	Nominal	Auxílio técnico sobre o que, como e quanto produzir	Teve acesso a ATER, ocasional ou frequente, em 2013 ou 2014: sim ou não
Transporte	Ordinal	Realização das entregas	Meio de transporte utilizado: nenhum, carro, moto, carro e moto

VARIÁVEL	NATUREZA	JUSTIFICATIVA	DESCRIÇÃO
Financiamento	Ordinal	Disponibilidade de recursos financeiros	Valor de financiamento: 0 = ≤ R\$ 10.000,00 1 = R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00 2 = > R\$ 20.000,00
Receita_fora	Nominal	Dependência da família em relação a propriedade	Receita obtida fora da propriedade ≤ R\$ 500,00: sim ou não.
Receita_sem_pnae	Ordinal	Abertura de novos mercados	Receita agrícola excluindo o PNAE 0 = < R\$ 3.000,00 1 = de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00 2 = > R\$ 5.000,00
Renda_familiar	Ordinal	Impacto na renda família	Somatório da renda familiar 0 = < R\$ 1.000,00 1 = de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 2 = > R\$ 2.000,00

Fonte: Elaboração da autora (2015)

O estudo ocorreu nos municípios de Cidade de Goiás, Heitorai e Itaberaí, no estado de Goiás. Foram entrevistados todos os agricultores que informaram vender para o PNAE (14) e 18 agricultores, entre cooperados e não cooperados, que não comercializam para o PNAE.

Os agricultores foram indicados pelos presidentes das cooperativas de Itaberaí e Heitorai, pelas secretárias da cooperativa da Cidade de Goiás, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Goiás, pela Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER) local e por busca ativa nas propriedades da região. A distribuição de agricultores entrevistados, por município, está descrita na tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de agricultores entrevistados por município.

Município	Famílias	% do total
Cidade de Goiás	12	37,5
Heitorai	5	15,6
Itaberaí	15	46,8
Total de entrevistados	32	100

Fonte: Elaboração da autora (2015)

Antes do início da entrevista, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), contendo as informações do projeto de pesquisa e esclarecimentos sobre como deixar de participar da pesquisa, caso houvesse desistência. Em seguida, o TCLE foi assinado pelos entrevistados que receberam uma via do documento.

Os dados foram coletados utilizando como instrumento um questionário estruturado (Apêndice B) com o responsável pela propriedade, porém com liberdade de outros membros da família complementarem as respostas. Todos os agricultores entrevistados possuíam mais de 18 anos de idade.

3.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Após a coleta dos dados, foi feita análise descritiva e, em seguida, teste de correlação. A tabulação e as análises foram realizadas utilizando o software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

A correlação é a forma de relacionamento entre duas variáveis sem, necessariamente, haver relação de causa e efeito (TRIOLA, 1999). De acordo com SurveyMonkey (2013), a análise *crosstab*, *cross table* ou tabulação cruzada é utilizada para mostrar lado a lado a comparação de duas ou mais variáveis. Nesse trabalho, a variável dependente é a venda para o PNAE e as demais são variáveis independentes considerando uma significância de 10% ($\alpha=0,1$).

3.4. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Essa pesquisa respeitou os preceitos éticos contidos na Resolução CNS nº 466/12 (BRASIL, 2012), que norteiam as pesquisas realizadas com seres humanos. No dia 25 de agosto de 2014, recebeu o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG) que aprovou a realização da pesquisa (Anexo) sob o número 793.132. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo as informações do projeto.

4. RESULTADOS

Foram entrevistados 32 agricultores, dos quais 14 vendem para o PNAE. Os resultados (tabela 3) indicam que, predominantemente, o perfil dos agricultores e das famílias que vendem para o PNAE nos municípios de Heitorai, Cidade de Goiás e Itaberaí é: são cooperados, participam das reuniões, possuem até ensino médio, têm menos de 60 anos de idade, não possuem atividades fora da propriedade, estão a mais de 10 anos na propriedade, estão a menos de 20 Km do município mais próximo, têm mais de 3 unidades de trabalho familiar, tiveram acesso a ATER, possuem carro ou moto, têm receita fora da propriedade menor que R\$ 500,00 e renda familiar maior que R\$ 3.000,00.

Tabela 3 - Resultados encontrados.

Variáveis	Famílias que vendem para o PNAE (n=14)		Famílias que não vendem para o PNAE (n=18)	
	n	%	n	%
Cooperados	14	100	8	44,5
Participam das reuniões da cooperativa	14	100	2	11,2
Até ensino médio	12	85,7	14	77,8
Até 60 anos de idade	10	71,4	14	77,8
Não possuem atividades fora da propriedade	11	78,6	12	66,7
≥ 10 anos na propriedade	9	64,3	5	27,8
≤ 20 Km do município	13	92,9	14	77,8
≥ 3 UTF	10	71,4	3	16,7
Hortifruti como principal atividade produtiva	12	85,7	5	27,8
Possuem irrigação	11	78,6	7	38,9
Acesso a ATER (2013/2014)	13	92,9	7	38,9
Possuem carro ou moto	14	100	15	83,4
Possuem carro e moto	9	64,3	15	83,4
≤ R\$ 20.000,00 de financiamento	14	57,1	11	61,2
Receita fora da propriedade ≤ R\$ 500,00	12	85,7	11	61,2
Receita excluindo o PNAE ≤ R\$3.000,00	7	50	15	83,4
Renda familiar ≤ R\$ 3.000,00	10	71,4	16	88,9
Financiamento	6	42,8%	12	66,7%

Fonte: elaboração da autora (2015)

Observando apenas o universo de agricultores que não comercializam via PNA, observa-se o comportamento oposto. Dos 18 entrevistados que não vendem, apenas 44,4% (n=8) são cooperados e apenas 11,2% (n=2) participam das reuniões da cooperativa. Da mesma forma, apenas 27,7% (n=5) está a mais de 10 anos na propriedade, 11,1% (n=2) acessa o PAA, 38,8% (n=7) tiveram acesso a ATER, 27,7% (n=5) têm hortifrúti como principal atividade produtiva, 22,2% (n=4) possui carro e moto e 22,2% (n=4) não possuem nenhum meio de transporte.

Em relação ao teste de correlação, as variáveis independentes que apresentaram correlação estatisticamente significativa ($\alpha=10\%$) com a venda para o PNAE são: participar de reuniões, ser cooperado, maior tempo na propriedade, ter acesso a ATER, possuir sistema de irrigação e ter carro e moto (tabela 4). Ou seja, a venda para o PNAE depende da presença dessas características nos municípios de Heitorai, Itaberaí e Cidade de Goiás.

Tabela 4 - Coeficientes de correlação entre a venda para o PNAE e as variáveis independentes.

Variável independente	Coeficiente de correlação
Cooperado	0,595* ($\alpha = 0,1$)
Idade do diretor da propriedade	0,847 ($\alpha = 0,1$)
Participa das reuniões da cooperativa	0,882* ($\alpha = 0,1$)
Escolaridade	0,583 ($\alpha = 0,1$)
Tempo na propriedade	0,365* ($\alpha = 0,1$)
Trabalha fora	0,474 ($\alpha = 0,1$)
Vende para PAA	0,681* ($\alpha = 0,1$)
Participou de cursos	0,147 ($\alpha = 0,1$)
Realiza controle de custos	0,210 ($\alpha = 0,1$)
Acesso a ATER 2013/2014	0,553* ($\alpha = 0,1$)
Unidade de trabalho familiar	0,289 ($\alpha = 0,1$)
Distância da propriedade ao município	0,258 ($\alpha = 0,1$)
Possui sistema de irrigação	0,397* ($\alpha = 0,1$)

* valor significativo a $\alpha = 10\%$

Fonte: Elaboração da autora (2015)

Variável independente	Coeficiente de correlação
Nº de atividades produtivas	0,133 ($\alpha = 0,1$)
Meio de transporte	0,469* ($\alpha = 0,1$)
Custo mensal por hectare	0,053 ($\alpha = 0,1$)
Renda familiar	0,311 ($\alpha = 0,1$)
Valor de financiamento	0,532 ($\alpha = 0,1$)
Receita obtida fora da propriedade	0,397 ($\alpha = 0,1$)
Principal atividade produtiva	-0,640* ($\alpha = 0,1$)
Receita agrícola excluindo o PNAE	0,141 ($\alpha = 0,1$)

* valor significativo a $\alpha = 10\%$

Fonte: Elaboração da autora (2015)

5. DISCUSSÃO

6.1. VARIÁVEIS ASSOCIADAS COM A VENDA PARA O PNAE

6.1.1. Organização social

As variáveis cooperativismo ($\text{sig}=0,595$ e $\text{coeficiente}=0,01$) e participação em reuniões ($\text{sig}=0,882$ e $\text{coeficiente}=0,000$) apresentaram associação positiva com a venda para o PNAE com nível de significância de 10%. Todos os agricultores que vendem para o PNAE nos municípios estudados são cooperados. Dos cooperados entrevistados que não vendem para o PNAE, apenas 25% participavam das reuniões da cooperativa,

indicando que a participação em reuniões estimula a comercialização via PNAE ou que a comercialização estimula os agricultores a participarem mais das reuniões.

Em relação à associação positiva entre cooperativismo e PNAE, Bezerra et al. (2013), Alexandre, Pereira e Medina, (2014) e Campos (2011), afirmaram que a presença de cooperativa organizada e consolidada facilita o acesso aos mercados institucionais. Nesse sentido, Motter e Teo (2012), Silva et al., (2013), Flores, Almeida e Ferrante (2014) e Souza-Esquerdo e Bergamasco (2013) relataram que a falta de organização dos produtores em cooperativa contribui para a dificuldade de acesso de agricultores ao programa.

Devido à organização ser um fator limitante para o acesso, os mercados institucionais incentivam a organização e a cooperação entre os agricultores (TRICHES e SCHNEIDER, 2010a), nos municípios estudados, 88,9% dos agricultores que não participam das reuniões não vendem para o PNAE, mostrando que acessar o programa pode realmente incentivar a maior participação dos cooperados. Segundo Camargo et al., (2013), o PNAE demanda ainda maior capacidade organizativa que o PAA.

6.1.2.Experiência

A variável tempo na propriedade apresentou associação positiva com nível de significância a 10% ($\text{sig}=0,365$ e $\text{coeficiente}=0,042$). Nove dos 14 agricultores, ou seja, 64,2% dos agricultores que comercializam para o programa estão há mais de 10 anos na propriedade. Com resultado parecido, em Campina da Lagoa (PR) todos os agricultores que comercializam também estão a mais de 10 anos na propriedade (CAMPOS, 2011).

6.1.3.Acesso ao PAA

A variável vende para o PAA apresentou associação positiva com nível de significância a 10% ($\text{sig}=0,681$ e $\text{coeficiente}=0,000$). Os resultados mostraram que agricultores que vendem para o PAA são, em maioria, os mesmos que vendem para o PNAE. Dos 18 agricultores que vendem para o

PNAE a maioria, 88,9% (n=11), também comercializam via PAA. Por outro lado, apenas 2 agricultores (11,1%) que não vendem para o PNAE, conseguiram vender para o PAA. Ou seja, a venda para o PAA e o PNAE estão diretamente relacionadas, pois a venda em um mercado institucional facilita a organização para a venda em outro.

Os estudos que relacionam o PAA com o PNAE afirmam essa associação alta. Campos (2011) encontrou que todos os agricultores que vendem para o PNAE em Campina da Lagoa (PR) também comercializavam via PAA. Triches e Schneider (2010), Saraiva et al. (2013) e Silva et al. (2013) consideram que o PAA pode ser articulado como uma estratégia de fortalecimento antes de implementação do PNAE, pois estimula a capacidade organizativa e de negociação, mais exigente no PNAE (CAMARGO et al., 2013). Da mesma forma, para Bezerra et al. (2013) a presença do PAA no município é um indicador da sua capacidade de realizar a compra/venda da agricultura familiar.

6.1.4.ATER

A variável acesso a ATER apresentou associação positiva com nível de significância a 10% ($\text{sig}=0,553$ e $\text{coeficiente}=0,002$). A maioria (92,8%) dos agricultores que vendem para o PNAE tiveram acesso a assistência técnica em 2013 ou 2014. Já entre os agricultores que não vendem apenas 38,8% tiveram acesso ao serviço.

Da mesma forma, no estudo realizado por Campos (2011) com 53% dos agricultores que vendem para o PNAE no município, todos tinham algum tipo de assistência técnica. Em estudo realizado em São Lourenço do Sul (RS), Corrêa, Da Silva e Agne (2013) afirmaram que a compra de alimentos de agricultores familiares conta com o apoio técnico e burocrático do órgão de ATER estadual.

No entanto, em alguns casos, apesar da assistência técnica presente, esse serviço é insuficiente (SILVA et al., 2013) e a baixa qualificação e quantidade de extensionistas também dificulta a comercialização (CAMPOS,

2011). Portanto, a presença de ATER pode ser um fator limitante ou até mesmo impedir a inserção de produtos de agricultores familiares no programa (CAMARGO et al., 2013) (MONEGO, 2014).

O auxílio técnico na produção é fundamental para que os agricultores consigam oferecer os alimentos em quantidade demandada e de forma constante. Alexandre, Pereira e Medina (2014), afirmam que os desafios do acesso ao PNAE são a sensibilização dos consumidores (gestores da educação), a consolidação de cooperativas de agricultores familiares e a assessoria para que os agricultores consigam produzir de acordo com a demanda e a legislação sanitária.

De acordo com os pareceres conclusivos emitidos pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a principal justificativa utilizada para o não cumprimento dos 30% foi a inviabilidade de fornecimento regular e constante (SARAIVA et al, 2013), provavelmente influenciada pela falta de assistência técnica para os agricultores.

6.1.5.Sistema de irrigação

A variável presença de sistema de irrigação apresentou associação positiva com nível de significância a 10% ($\text{sig}=0,397$ e $\text{coeficiente}=0,027$). A maioria (78,5%) dos agricultores que vendem para o PNAE possui sistema de irrigação. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maioria (85,7%) também possui hortifrúti como principal atividade produtiva. Entre os agricultores que não vendem para o PNAE, a maioria (72,2%), não tem hortifrúti como principal atividade produtiva.

Campos (2011) e Camargo et al. (2013) encontraram em seus estudos que os principais produtos de entrega nos municípios de Campina da Lagoa (PR) e no nordeste paulista são hortifrúti. Da mesma forma, estudo realizado pelo Cecane/UFG em 2011 e 2012 em municípios do Centro Oeste encontrou que 48,8% dos agricultores que fornecem alimentos para o PNAE comercializam hortifrúti (CECANE/UFG, 2012).

6.1.6.Meio de transporte

A variável meio de transporte apresentou associação positiva com nível de significância a 10% ($\text{sig}=0,440$ e $\text{coeficiente}=0,008$). Todos os entrevistados que comercializam via PNAE possuem carro ou moto. Desses, 64,2% possuem carro e moto. A logística é um fator limitante para a venda para o PNAE (MOTTER; TEO, 2013); (FLORES; ALMEIDA; FERRANTE, 2014); (SILVA et al., 2013); (SOUZA; RODRIGUES, 2013); (SARAIVA et al., 2013). Estudando 27 municípios de Goiás, Cecane (2012) encontrou que apenas 33,4% dos municípios disponibilizaram, em algum momento, transporte da prefeitura em apoio aos agricultores que comercializam para o PNAE.

6.2. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES QUE VENDEM PARA O PNAE

Além das variáveis que apresentaram associação significativa com a venda para o PNAE discutidas a cima, foi observado outras características do perfil dos agricultores que vendem para esse programa nos três municípios estudados. A maioria dos agricultores estudaram até o ensino médio (85,7%), têm menos de 60 anos de idade (71,4%), estão a menos de 20 Km do município mais próximo (92,9%), possuem mais de 3 unidades de trabalho familiar (71,4%), têm receita fora da propriedade menor que R\$ 500,00 mensais (85,7%) e possuem renda familiar maior que R\$ 3.000,00 por mês (71,4%).

Os resultados demonstram que agricultores que não são cooperados, não participam das reuniões das cooperativas, possuem atividades fora da propriedade, estão se estabelecendo na propriedade, não possuem hortifrúti como principal atividade produtiva, não possuem moto ou carro, moram longe dos municípios, são idosos e têm pouca mão de obra disponível dificilmente conseguiram vender para o PNAE.

6.3. SITUAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES QUE VENDEM PARA O PNAE EM HEITORAÍ, CIDADE DE GOIÁS E ITABERAÍ

Apesar de os resultados apontarem a importância da presença dessas variáveis para a comercialização de alimentos de agricultores familiares para a alimentação escolar nos municípios de Heitoráí, Itaberaí e Cidade de Goiás, no Brasil, a quantidade de agricultores que possuem essas características é irrisória e concentrada em algumas regiões. De acordo com Medina et al. (2015), apenas 5% dos agricultores familiares participam ativamente de alguma cooperativa, sendo que a maior participação está nos estados da região Sul. Em 2012, a região Sul concentrou a maior parte dos recursos do PAA (39%), os piores valores foram da região Norte (6%) e da região Centro Oeste (7%) (CONAB, 2013). Apenas 6,22% das propriedades brasileiras tiveram acesso a assistência técnica ocasional ou regular, em 2004 (SOUZA FILHO, 2004). Por outro lado, na região Sul porcentagem de estabelecimentos agropecuários que tiveram acesso a ATER, de acordo com o censo de 1995/1996, foi de 46,6%. Apesar da importância do sistema de irrigação para a produção de frutas e hortaliças, a irrigação é praticamente ausente no Brasil, exceto na região sudeste (MEDINA et al., 2015).

A heterogeneidade dos agricultores que se enquadram na definição oficial de agricultor familiar reflete no baixo cumprimento da obrigatoriedade de comprar no mínimo 30% de agricultores familiares. Pois, apesar de serem agricultores familiares, a maioria dos agricultores brasileiros não se encaixa no perfil que favorece a venda de alimentos via PNAE, pois o termo agricultura familiar é limitado (QUEIROZ NETO; BERGAMASCO, 2013). Portanto é possível afirmar que, conforme demonstrado nos dados do perfil do agricultor familiar brasileiro, o acesso ao PNAE fique restrito a um tipo de agricultor não predominante no país, mais característico dos agricultores sulistas. Esses agricultores, possuem condições favoráveis para a agricultura moderna,

enquanto a maioria está em condições institucionais desfavoráveis para o desenvolvimento (MEDINA et al., 2015).

6.4. RELAÇÃO ENTRE OS PARADIGMAS PARA A CRIAÇÃO DO PNAE E O ACESSO DE AGRICULTORES FAMILIARES À POLÍTICA

Apesar de não conseguir alcançar todos os tipos de agricultores familiares, a compra de alimentos de agricultores familiares para a alimentação escolar, conforme discutido, se alinha ao paradigma instituído que, provavelmente, influenciou na construção do PNAE como política pública para a agricultura familiar. Em resumo, o paradigma instituído preconiza que é necessário fortalecer agricultores familiares locais (influência: movimentos sociais, sindicais e academia), a produção de alimentos de forma sustentável (influência: agenda 21 brasileira), a garantia da segurança alimentar e nutricional (influência: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Plano Nacional de Alimentação e Nutrição) e construir políticas públicas para agricultores em transição, que já saíram da condição de marginalização (influência: documento FAO/INCRA e academia).

Analisando as influências para a construção do PNAE, observa-se que é possível que a política pública tenha idealizado um perfil de agricultor familiar que não é representativo da agricultura familiar brasileira. Ou seja, houve segmentação do tipo de agricultor apto ou durante a elaboração da política pública houve falha construção da realidade.

Em ambos os casos, a falha pode ocorrer porque a realidade construída utilizada como referência para a elaboração da política pública não representa a agricultura familiar brasileira. Seja porque há evidências de que os agricultores chamados marginalizados são importantes para a agricultura, seja porque o perfil de agricultor familiar esperado para o acesso ao PNAE não é predominante no Brasil.

A partir do momento que o paradigma vigente não consegue mais responder às questões apresentadas pelo real, tem-se a crise do paradigma (KUHN, 2003; SUREL, 1995 apud GRISA, 2011). Nesses casos devem ser realizadas mudanças mais complexas, de terceira ordem, ou seja, devem haver mudanças na forma de repensar a essência dos problemas para redefinição dos objetivos, metas e políticas (HALL, 1993).

Pelas análises estatísticas não é possível estabelecer a relação de causa e efeito entre variáveis associadas e a venda para o PNAE. No entanto, é possível afirmar que o acesso ao PNAE não poderia ser uma variável independente a ponto de modificar as características mais intrínsecas dos agricultores e modificáveis apenas a longo prazo como, por exemplo, aquisição de meio de transporte, acesso ao PAA, acesso a ATER e tempo de residência na propriedade. Além disso, sugestões como incentivar o cooperativismo e associativismo, construir agroindústria e implementar o Serviço de Inspeção Sanitária não se aplicam a todos os municípios e regiões, pois dependem de viabilidade econômica e social.

Ou seja, se, por um lado, os atores locais podem modificar os instrumentos e auxiliar os agricultores a acessarem a política, por outro, foi observado que algumas características dos agricultores não são modificáveis com ações pontuais. Por isso, atribuir apenas ao contexto local a responsabilidade de resolver os entraves da comercialização é negar a responsabilidade do PNAE, como política federal, com o desenvolvimento rural. Portanto, são necessárias ações mais estruturantes – desde que não afete as questões de qualidade do alimento - para aumentar a quantidade de municípios que comprem alimentos de agricultores familiares.

Observada a distância considerável entre o PNAE e os agricultores, surgem outras duas hipóteses. A primeira é de que o PNAE é uma política exclusivamente de alimentação escolar e que, por constar no seu objetivo, deve oferecer alimentos saudáveis ao seu público-alvo original, os estudantes. Com essa hipótese, a compra da agricultura familiar é apenas um instrumento para que o objetivo seja alcançado. Essa hipótese condiz com o raciocínio de

que os agentes locais devem incentivar agricultores familiares previamente aptos para a agricultura a fornecerem alimentos para a alimentação escolar.

A segunda hipótese é de que o PNAE é uma política de alimentação escolar, mas também de desenvolvimento rural, voltada para garantir a agricultores familiares acesso ao mercado. Nesse caso, o compromisso da política é, além de oferecer alimentos de qualidade aos estudantes, promover o desenvolvimento rural local. Portanto, nesse caso, a compra da agricultura familiar não é mais apenas um instrumento para cumprir o objetivo principal da política e sim o PNAE se torna um meio para desenvolver a região. Se essa hipótese for verdadeira, há uma falha no âmbito federal e estadual em relação a ações mais globais para que o PNAE seja, de fato, uma política de desenvolvimento rural e que seja acessível a todos.

6. CONCLUSÃO

As características dos agricultores familiares que vendem para o PNAE nos municípios de Heitorai, Itaberaí e Cidade de Goiás, no estado de Goiás, são: são cooperados, participam das reuniões das cooperativas, estudaram até o ensino médio, têm até 60 anos de idade, não possuem atividades fora da propriedade, estão a mais de 10 anos na propriedade, estão a menos de 20 Km do município, têm mais de 3 unidades de trabalho familiar, possuem hortifrúti como principal atividade produtiva, possuem sistema de irrigação, tiveram acesso a assistência técnica nos últimos dois anos e possuem carro ou moto. Dessas variáveis, as que apresentaram associação positiva com a venda para o PNAE a uma significância de 10% e, portanto, diferenciaram os agricultores que vendem para o PNAE e que não vendem foram: cooperativismo e envolvimento na cooperativa, tempo de residência na propriedade, acesso ao PAA, acesso a ATER, utilização de sistema de irrigação, meios de transporte utilizado e hortifrúti como principal atividade produtiva.

No entanto, grande parte dos agricultores familiares brasileiros não possuem essas características, mais comuns entre os agricultores familiares do sudeste e sul. Com o objetivo de diminuir a distância entre o PNAE e os agricultores familiares é necessário que a política pública se adeque às condições reais dos agricultores ou que sejam realizadas ações estruturantes para auxiliar os agricultores a alcançar o PNAE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa permitiu identificar quais os fatores caracterizam os agricultores familiares que vendem para o PNAE e discutir a situação dos agricultores familiares brasileiros em relação a elas. Para as próximas pesquisas sobre o PNAE e a agricultura familiar sugere-se o aprofundar nos possíveis motivos para que essa limitação do acesso ao PNAE à alguns agricultores ocorra como, por exemplo:

1. A realidade utilizada como referencial para a elaboração do PNAE não é predominante nos agricultores familiares do Brasil.

2. O paradigma instituído foi focado apenas em agricultores considerados aptos para a agricultura moderna.

3. A compra de alimentos de agricultores familiares para a alimentação escolar, apesar de ter em seu discurso o desenvolvimento rural, tem como real objetivo apenas o fornecimento de alimentos saudáveis para estudantes.

Para isso, é necessário realizar mudanças de terceira ordem, além de mudanças de primeira e segunda ordem. As mudanças de primeira ordem são relacionadas aos ajustes locais dos instrumentos para que a política seja implementada. Essas mudanças são relativamente fáceis de ocorrer, devido ao caráter descentralizado de gestão da política, e são amplamente discutidas pela literatura. As mudanças de segunda ordem são mudanças dos instrumentos da política como, por exemplo, tornar obrigatório o envolvimento da gestão local de agricultura com a venda para o PNAE, aumentar a rigidez nas análises de pareceres que contém justificativa para não comprar alimentos de agricultores familiares, relativizar a inspeção sanitária para agricultores familiares, instituir outras políticas públicas de apoio aos agricultores familiares como assistência técnica de qualidade, de infraestrutura, de apoio à organização social e de estímulo de acesso a outros mercados.

E, por último, mudanças de terceira ordem ou alteração do paradigma, ou seja, reconhecimento da heterogeneidade da agricultura familiar na elaboração das políticas e inclusão e valorização de grupos considerados marginalizados, a partir do reconhecimento de sua importância social, cultura, ambiental, além de econômica.

8. REFERÊNCIAS

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. Ed. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Matilde E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1994.

ALEXANDRE, V. P.; PEREIRA, M.; MEDINA, G. S. Passos da comercialização pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: MEDINA, G. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento**. 2º edição. Goiânia: editora UFG, 2014. p. 187-223.

ALMEIDA, L.M.; PAULILLO, L. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. B. Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**. v. 14, p. 205-235, 2006.

ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Revista Informações Econômicas**. v. 37, p. 1-14, jul. 2007.

ALVES, E. ROCHA, D. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-290.

ARRETCHE, M. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n.40, p. 111-141, 1999.

BANDEIRA, L. M.; CHAGAS, C. M. S.; GUBERT, M. B.; TORAL, N.; MONTEIRO, R. A. Análise dos pareceres conclusivos dos Conselhos de Alimentação Escolar sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição (Impresso)**, v. 26, p. 343-351, 2013.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição (Impresso)**, v. 22, p. 595-607, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n.31, p. 37-49, 1997.

BEZERRA, I. W. L.; MORAIS, C. M. M.; PINHEIRO, L. G. B.; GUERRA, T. M. M.; ARAUJO, D. F. S.; PEREIRA, M. C.; **Agricultura familiar e alimentação escolar: do Maranhão à Bahia – um diálogo possível**, uma proposta viável - Trabalho técnico - 2009.

BEZERRA, O. M. P. A.; et.al.; Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. **Revista de Nutrição** v. 26, p. 335-342, 2013.

BOMBARDI, L. M; CASTRO, T. P. **PNAE: Potencialidades e limites para contribuição no processo de territorialização camponesa** – Apresentação em Simpósio, 2014.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.A.; MALUF, R.S. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, v. 16, nº 2, 2008: 185-227.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira, resultado da Consulta Nacional**. Brasília, DF: MMA, 2º edição, 2004.

_____, Presidência da República Federativa do Brasil. **Lei nº 11.346 de setembro de 2006a**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em 31 de junho de 2015.

_____, Presidência da República Federativa do Brasil. **Lei nº 11.326 de julho de 2006b**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

_____, Presidência da República Federativa do Brasil. **Lei nº 11.947 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.html>. Acesso em 31 de outubro de 2013.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Decreto 7272 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em 07 de junho de 2015.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS nº 466/12 de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre pesquisas e testes em seres humanos. Disponível em < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2015.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: MEC, 2013.

CAMARGO, R. A. L.; SOUZA, J. P. G. T.; FIGUEIREDO, D. S.; GULLA, M. V.; JACOPINI, N. Q. **Caracterização dos assentados do nordeste paulista que**

participam do PAA e PNAE. In: 51º Congresso da SOBER. Anais do 51º Congresso da SOBER, Belém - PA, 2013.

CAMPOS, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR.** Curitiba, 2011. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância), Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Curitiba.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, edição especial, 2013.

CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, p. 185-197, 2003.

CARVALHO, D. G.; CASTRO, V. M. **Programa Nacional de Alimentação Escolar como Política Pública de Desenvolvimento Sustentável.** In: VIII ECOECO - Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Cuiabá-MT. Aplicando a Economia Ecológica para o Desenvolvimento Sustentável, 2009. Anais do VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica

CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C.; SOARES, S.; SATYRO, N. *Desafios para a Inclusão produtiva das Famílias Vulneráveis: Uma Análise Exploratória.* In: Abrahão, J. C. (Org.). Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios. Brasília: IPEA, 2010, v. 1, p. 315-332.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório final:** Apoio técnico, consultoria e acompanhamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios. Goiânia, GO. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, 2012.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório final:** Formação de atores sociais no âmbito do PNAE em territórios da cidadania no Estado de Goiás, 2013.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório final:** Plano de trabalho. Goiânia, GO. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, 2014.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Pesquisa:** Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios brasileiros, 2012.

CHAVES, L.G.; BRITO, R. R.; MENDES, P. N. R.; BOTELHO, R. B. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, 2009.

COHEN, E.; FRANCO, R.. **Evaluación de proyectos sociales**. Madrid: Siglo XXI, 1992.

CORRÊA, E. S.; Da SILVA, L. X.; AGNE, C. L. **Programa Nacional de Alimentação Escolar, um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul**. In: 51 Congresso da SOBER, 2013, Belém. **Anais do 51º Congresso da SOBER**, Belém/PA, 2013.

COSTA, J. P.; RIMKUS, L. M.; REYDON, B. P. **Agricultura familiar: Tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco - Acre. **Anais do 51º Congresso da SOBER**. Brasília: SOBER, 2008. p. 1-20.

COSTA, F. A. "Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses". **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, edição especial, 2013.

COSTA, Z. F.; JACOSKI, L. V. B.; HERSEN, A.; STEFANO, S. R.; RAMOS, R. P. Características socioeconômicas da agricultura familiar produtora de milho: um estudo de caso dos produtores Pinhão-PR. **Ambiência (UNICENTRO)**, v. 10, p. 807-828, 2014.

COSTA, W. S. **Avaliação do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e Avaliação e Aceitação da Merenda Escolar no Município de São Bento do Una - PE**. 2010. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) - Faculdade do Vale do Ipojuca, Pernambuco, 2010.

COTTA, T. C. S. Metodologias de avaliação de programas sociais: avaliação de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público - RSP ENAP**, Brasília, 1998.

DRAIBE, S. M. Avaliação de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: CARMO, M. B. C. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. 1º ed. São Paulo: IEI/PUCSP, 2001, p. 13-41.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 1, n.3, set/dez., p. 107-127, 1986.

FLORES, T. M.; ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V. B. Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Araraquara-SP: efetividades, entraves e diferenciações entre unidades escolares. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 18, p. 281-292, 2014.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar, histórico**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/itemlist/tag/Sigecon>>. Acesso em 24 de abril de 2015.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar, histórico**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2015.

FONSECA, W. S. D. Bases da Alimentação do Escolar. **Coleção Ensaio e Debate Alimentar**, Rio de Janeiro, vol. 1, Série Gigante, SAPS, 1953.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA A.; ROMÃO, D.; NETO, J.; PINTO, L. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, 3(4), 21-56, 1983.

GRISA, C. **As ideias na produção de políticas públicas: a contribuição da abordagem cognitiva**. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2011, p. 93-138.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUANZIROLI, C.; DI SABATTO, A. Existe na Agricultura Brasileira Um Setor que Corresponde ao Family Farming Americano? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 68, 2015.

HALL, P. A. Policy Paradigms, Social Learning, and the State. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. Centro agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

MASSARDIER, G. **Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados**. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2011, p. 69-91.

MEDINA, G. (Org.). **Agricultura Familiar em Goiás: Lições para o Assessoramento Técnico**. 2º. ed. Goiânia: Editora UFG, 2014. v. 300. 224p.

MEDINA, G.; ALMEIDA, C.; NOVAES, E.; GODAR, J.; POKORNY, B. Development conditions for family farming: Lessons from Brazil. **World Development**, 2015.

MONEGO, E. T. Segurança Alimentar e Nutricional: colocando em evidência a agricultura. Demetra: **Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, p. 431-434, 2014.

MONEGO, E. T.; ALEXANDRE, V. P.; SOUZA, L. M.; MARTINS, K. A. Produção e potencial agrícolas de alimentos destinados à alimentação escolar em Goiás e no Distrito Federal, na região Centro-oeste do Brasil. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, v. 26, p. 233-241, 2013.

MOTTER, A. F; TEO, C. R. P. A. **Agricultura familiar: desafios e dificuldades na aproximação com o programa nacional de alimentação escolar**. In: I Congresso Virtual Brasileiro - Gestão, Educação e Promoção da Saúde, 2012, Brasília. Anais do I Congresso Virtual Brasileiro - Gestão, Educação e Promoção da Saúde. Brasília: Convibra, 2012.

PAIVA, J. B.; FREITAS, M. do C. S.; SANTOS, L.A. Hábitos Alimentares Regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição (Impresso)**, v. 25, p. 191, 2012.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. Gestão de redes de políticas públicas locais de segurança alimentar. **Gestão & Produção (UFSCAR)**, v. 18, p. 781-792, 2011.

QUIRINO, T. R. A avaliação de processo na administração de treinamento para a ciência e tecnologia. **Revista de Economia Rural**, 24(2), 211-234, 1986.

QUEIROZ NETO, E.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar. **Campo - Território**, v. 8, p. 1 - 24, 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo, Mc Grall – Hill, 2006.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P.F.; SOUZA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; BERTOLIN, M. N. T. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)**, v. 18, p. 927-935, 2013.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: José Marcos Froehlich; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006, v. , p. 15-63.

SIDANER, E.; BURLANDY, L.; BALABAN, D. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programmer in support of food and nutrition security. **Public Health Nutrition (Wallingford)**, v. 16, p. 989-994, 2013.

SILVA, D. B. P.; BACCARIN, J. G.; ALEIXO, S. S.; FILIPAK, A. **Os Agentes Sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): A percepção dos agricultores familiares**. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes, Araraquara, 2013. Participação, Democracia e políticas Públicas:

Aproximando Agendas de Agentes, 2013. Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes.

SOUZA, M. A.; RODRIGUES, L. **Políticas públicas de apoio à agricultura camponesa e à circulação dos seus produtos**. In: 51º CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2013, BELÉM - PA. Anais do 51º Congresso da SOBER, Belém – PA, 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 52, p. 205-222, 2014.

SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, M. O. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: XLII Congresso da Sober, 2004, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso da Sober**, 2004. v. 1. p. 1-20.

STEBBINS, R. A. **Exploratory research in the social sciences**. Sage, 2001.

SURVEYMONKEY. **What are crosstabs?** Disponível em: <http://help.surveymonkey.com/articles/en_US/kb/What-are-Crosstabs> Acessado em: 03 de agosto 2015.

TEO, C. R. P. A. ; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição** (Impresso), v. 25, p. 657-668, 2012.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o elo perdido: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. XVII, p. 01-15, 2010a.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. v. 19, p. 933-945, 2010b.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. . Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 20, p. 66-105, 2012.

TRIOLA, M.F. **Introdução à Estatística**. LTC. Rio de Janeiro, 1999.

TURPIN. M. E. **A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares**. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Porto Alegre, 2009.

VIANA, A. L. A. Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 5-43, 1996.

VILLA REAL, L. C. **A problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar – uma revisão de literatura** – Mestrado em desenvolvimento rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2015.

WEISS, C. H., Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journal of Evaluation**, 19 (1): 21-34, 1998.

ZIMMERMANN, S. A. **Políticas públicas e arranjos institucionais: o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, 2007.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Flaviana sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é políticas públicas para agricultura familiar.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es) responsável(is), Sônia Milagres Teixeira e Gabriel da Silva Medina no telefone: (62) 8116-9904. As ligações poderão ser feitas a cobrar discando 9090 antes do número no caso de ligação local ou 90XX62, no caso de ligações interurbanas. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- Título: Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): quem acessa e quais os procedimentos são utilizados?

- Justificativa, objetivos e os procedimentos utilizados da pesquisa: A pesquisa se justifica pela observação empírica de que os empreendimentos familiares propõem procedimentos próprios para a comercialização, diferente do recomendado pelos especialistas e pelo governo. O objetivo é avaliar a eficiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar como alternativa de comercialização para agricultores familiares por meio de comparação do perfil socioeconômico dos agricultores que conseguem acessar e que não conseguem acessar o programa e discussão da diferença dos procedimentos recomendados e, de fato, realizados. Para cumprir esses objetivos serão realizados questionários com agricultores familiares das cooperativas de Itaberaí (GO) e Goiás (GO), além de entrevistas com os líderes cooperados responsáveis pela venda para o PNAE.

- Especificação de desconforto e riscos possíveis e os benefícios decorrentes da participação da pesquisa: No questionário há perguntas pessoais como valor da renda familiar

e nível de escolaridade, o entrevistado pode ou não respondê-las, bem como qualquer outra pergunta considerada invasiva. No entanto, a participação da pesquisa pode auxiliar na identificação de problemas e soluções no acesso ao PNAE, contribuindo para possíveis mudanças na legislação ou no entendimento dos governantes sobre a política.

- Os entrevistados deverão ter mais que 18 anos. Em caso de exceção, o menor deverá assinar o termo de assentimento e deverá ser aplicado um TCLE com o responsável do entrevistado.

- No caso de utilização incorreta dos dados informados ou divulgação do nome dos entrevistados, os mesmos tem o direito de pleitear indenização.

- No caso de despesas decorrentes da participação da pesquisa, o entrevistado tem direito à ressarcimento.

- Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação;

- Os pesquisadores garantem sigilo da identidade e outros dados confidenciais coletados na pesquisa;

- É garantida ao entrevistado, expressa de liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Testemunhas em caso de datiloscópica



TECNOLOGIA

16. () Sistema de irrigação do solo
17. () Análise anual
18. () Correção anual de fertilidade e acidez
19. () Rotação de culturas
20. () Equipamento de processamento (UND)
21. () Escala de produção
22. Quantas culturas são produzidas por ano?

23. Qual a frequência de visitas de técnico de ATER por ano?

24. Considera a ATER satisfatória? Sim () Não () Por que?

GESTÃO E FATORES ECONÔMICOS

25. Vocês realizam controle dos custos?

26. Qual o custo anual de produção?

27. Qual a renda familiar mensal?

- | | |
|--|---|
| () Prefiro não declarar | () De R\$ 2.501,00 até R\$ 3.500 |
| () Até R\$ 70,00 | () De R\$ 3.501,00 até R\$ 5.000,00 |
| () De R\$ 70,00 até R\$ 724,00 | () > R\$ 5.000,00 |
| () De R\$ 724,00 até R\$ 1500,00 | |
| () De R\$ 1501,00 até R\$ 2.500,00 | |

28. Para quem vocês vendem a produção?

29. Qual o valor vendido para o PNAE em 2013 e 2014?

30. Qual o valor mensal vendido para outros canais de comercialização em 2013 e 2014?

31. Qual o valor/mês obtido com o trabalho fora da propriedade?

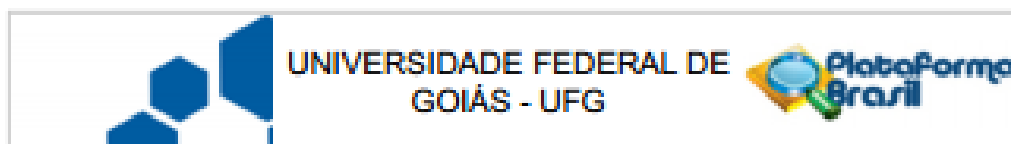
32. Você teve acesso a crédito nos últimos anos? Quando e quanto?

33. Quais os principais meios de transporte?

34. Utiliza mão-de-obra externa?

() Sim () Não Quantos?

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Perfil dos agricultores que conseguem acessar o PNAE e os procedimentos utilizados para a comercialização

Pesquisador: Flaviana Oliveira Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30895414.9.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 793.132

Data da Relatoria: 25/08/2014

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Perfil dos agricultores que conseguem acessar o PNAE e os procedimentos utilizados para a comercialização. **Pesquisador Responsável:** Flaviana Oliveira Silva. **CAAE:** 30895414.9.0000.5083. **Instituição Proponente:** Universidade Federal de Goiás/EA. Apresenta os seguintes documentos: PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO 291065.pdf; PB XML INTERFACE REBEC.xml; Termo de compromisso Flaviana.pdf; TCLE Flaviana.docx; folha de rosto Flaviana.pdf; Projeto de pesquisa comitê.doc.

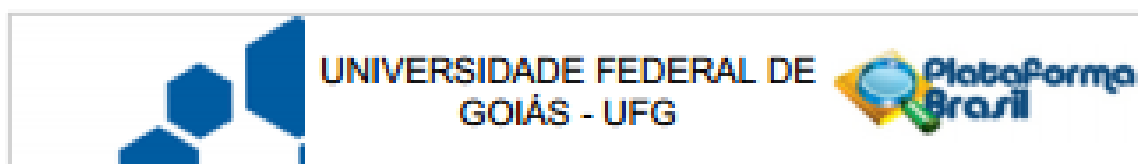
Objetivo da Pesquisa:

Avaliar a eficiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar como alternativa de comercialização para agricultores familiares.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não oferece risco ao participante. Os riscos são relacionados à publicação indevida dos dados confidenciais dos entrevistados. Para isso, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido os pesquisadores garantem sigilo. **Benefícios:** A participação da pesquisa pode auxiliar na identificação de problemas e soluções no acesso ao PNAE, contribuindo para possíveis mudanças na legislação ou no entendimento dos governantes sobre a política.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prppq.ufg@gmail.com



Continuação do Pnecar: 793.132

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa será dividida em duas etapas principais: 1. Comparar o perfil socioeconômico de agricultores que acessam e que não acessam o PNAE. A caracterização será realizada por meio de questionário (anexo I) aplicado com os agricultores familiares das cooperativas de agricultores familiares de Itaberal (GO) e Goiás (GO). Estas duas cooperativas foram selecionadas por estarem ambas em municípios do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, por ter parte de seus cooperados comercializando com o PNAE e por apresentarem histórico de dificuldades em acessar o PNAE - principalmente antes de conseguirem serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e apoio da prefeitura. Serão entrevistadas cinco famílias por cooperativa que vendem para o PNAE e cinco que não vendem, totalizando 20 entrevistas. Para a tabulação dos dados será utilizado o software Microsoft Excel 2010. A análise será feita após comparação dos perfis dos agricultores que comercializam, que não comercializam e do perfil dos agricultores no Brasil, retirados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2. Discutir as diferenças entre o processo de compra realizado pelas cooperativas de Itaberal e Goiás com o sugerido pelo governo e especialistas. Para alcançar esse objetivo serão realizadas quatro etapas: - Comparar o descrever o processo de venda de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar tal como sugerido por especialistas e pelo governo. Nessa etapa serão levantadas quais as orientações o governo e especialistas consideram importantes para que seja possível a execução da Lei. Os instrumentos utilizados serão a legislação, os documentos publicados pelos órgãos governamentais e pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Por fim, será elaborado um fluxograma detalhando o procedimento padrão recomendado para a comercialização entre os agricultores familiares e alimentação escolar, desde a organização dos agricultores até a entrega dos alimentos. - Descrever como se dá na prática o processo de venda de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar a partir da experiência desenvolvida nas cooperativas de Itaberal e Goiás. Em cada cooperativa será entrevistado o cooperado responsável pela comercialização para o PNAE. No primeiro momento, o entrevistado será estimulado a descrever quais os procedimentos são realizados para a realização da venda para a alimentação escolar. Em seguida, será apresentado ao cooperado o fluxograma recomendado pelo governo e especialistas para que o agricultor aponte os motivos para não realização de cada etapa conforme sugerido e como as dificuldades de acesso ao PNAE foram superadas. Como produtos desta etapa, será elaborado um fluxograma por cooperativa, descrevendo os procedimentos realizados para realização da venda para o PNAE. -

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

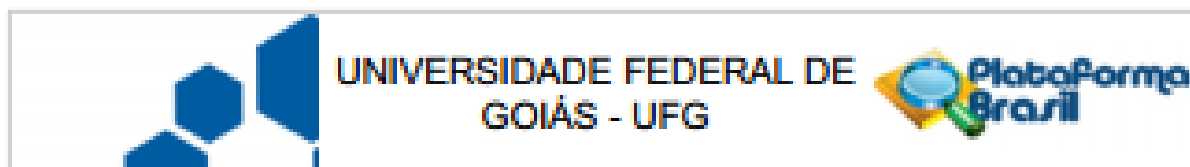
UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.pnecg.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer 762.132

Comparar o processo encontrado nos municípios e o padrão sugerido pelo governo e especialistas e discutir as principais diferenças. Nessa etapa os três fluxogramas desenhados nas etapas anteriores serão comparados. Em seguida, será elaborada uma matriz onde as etapas serão categorizadas em: 1. Executadas facilmente; 2. Executadas com esforços de parceiros e assistência técnica; 3. Sem necessidade ou impossível de ser executada. Além disso, serão apresentados e discutidos os motivos para a não realização das etapas baseados nas respostas dos agricultores relacionando com a realidade da agricultura familiar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram atendidas as pendências elencadas no parecer anterior.

Recomendações:

Não há recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Somos favoráveis à aprovação deste protocolo, smj deste comitê.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Enviar relatórios parcial e final.

GOIANIA, 16 de Setembro de 2014

Assinado por:
João Batista de Souza
 (Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-670
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prppg.ufg@gmail.com